

“Recessão em 83 e 84”

por Valério Fabris
de Curitiba

O ex-ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, criticou, em entrevista a este jornal, o que considera “imobilismo do curto prazo”, com todos, corretamente, empenhados em apagar o fogo da casa, mas sem se preocupar com o que deverá ser reconstruído depois. “Precisamos de um projeto de longo prazo”, repetiu Rischbieter, que, atualmente, é membro de vários conselhos de empresas, como a Artex e a Refrigeração Paraná, e presidente do Conselho Administrativo da Volvo do Brasil.

Ele disse ainda que está plenamente de acordo com o ex-ministro do Planejamento do governo João Goulart, o economista Celso Furtado, segundo o qual o País deve ter um parque industrial redirecionado, com o propósito de se adequar às restrições impostas nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“O Olavo (Setúbal) tem razão quando diz que as atuais medidas de curto prazo são imprescindíveis. Ele tam-



Karlos Rischbieter.

bém concorda em que precisamos de um plano de longo prazo. A rigor, no fundo ambos concordam. O que é indispensável é beneficiar a mão-de-obra, o capital produtivo. Ninguém se preocupa mais em produzir. O País não aguenta mais uma recessão, que, como está posta, não será apenas de 1983, mas de 1984 também”, observou Karlos Rischbieter. Afirmou, ao mesmo tempo, que restam algumas possibilidades de selecionar os cortes de importação de tal modo que o impacto sobre o nível de emprego seja menor.

O ex-ministro advoga a tese de um corte total e abrupto nas importações de trigo e o fim da

prática dos “suppliers credit”, a seu ver uma forma de obtenção de empréstimos externos que traz sérias repercussões no nível doméstico de atividade industrial. Adicionalmente, Rischbieter fez uma condenação às importações relativas a componentes para a produção de bens, tais como videocassetes, aparelhos de controle remoto, computadores de uso pessoal, televisores de cores e aparelhos de som.

Ele foi incisivo ao sublinhar que não vê disposição governamental para reduzir as taxas de juros. “Os papéis do governo fazem o preço da captação. A caderneta de poupança, por sua vez, está-se tornando um título a vista. Seria preciso uma remuneração progressiva para as cadernetas. Diria, hipoteticamente, com 6% ao ano, acima da inflação, para o primeiro ano de depósito, 8% para o segundo e assim por diante. Para as cadernetas a vista, uma remuneração de 2 a 3% acima da inflação. Desde que, evidentemente, os outros papéis fiquem em torno disso”, argumentou Rischbieter.